

A TRADIÇÃO DAS BONECAS ABAYOMIS: REFLEXÕES SOBRE RAÇA, CLASSE E GÊNERO NO SERVIÇO SOCIAL

Lara Iara Gomes Borges¹⁵

Alessandra Teixeira da Cunha Silva¹⁶

Ester Ulácia Lopes¹⁷

RESUMO: Este artigo apresenta um relato de experiência de uma oficina socioeducativa desenvolvida no ano de 2019, na disciplina de Epistemologia Feminista, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PPSS-PUC-GO), que resultou na confecção de bonecas abayomis. A atividade teve como objetivo geral propor uma discussão sobre gênero, classe e raça a partir do resgate da cultura afro-brasileira. O desenvolvimento metodológico, ancorado em Moreira (2015), contribuiu para o pensamento crítico acerca de metodologias não tradicionais. Os resultados indicam que a estratégia de qualificação colaborou para o fortalecimento das discussões sobre o feminismo negro.

PALAVRAS-CHAVE: Bonecas abayomis. Oficina socioeducativa. Serviço Social.

ABSTRACT: This article presents an experience report of a socio-educational workshop developed in 2019, in the Feminist Epistemology discipline, of the Stricto Sensu Graduate Program in Social Work at the Pontifical Catholic University of Goiás (PPSS-PUC-GO), which resulted in the making of abayomis dolls. The activity had as general objective to propose a discussion about gender, class and race from the rescue of Afro-Brazilian culture. The methodological development, anchored in Moreira (2015), contributed to critical thinking about non-traditional methodologies. The results indicate that the qualification strategy contributed to the strengthening of discussions about black feminism.

KEYWORDS: Abayomis dolls. Socio-educational workshop. Social service.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição Não-Comercial 4.0 Internacional.

¹⁵ laraasborges@hotmail.com

¹⁶ alessandra.cunha@unesp.br

¹⁷ esterulacia@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta um relato de experiência de uma oficina socioeducativa desenvolvida no ano de 2019, durante a disciplina de Epistemologia Feminista, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PPSS-PUC-GO), que resultou na confecção de bonecas *abayomis*,¹⁸ que podem ser consideradas elementos culturais e símbolos de resistência da tradição de matriz africana na sociedade brasileira contemporânea.

A atividade teve como objetivo geral propor uma discussão sobre as questões de gênero, classe e raça, tendo como eixo norteador o resgate da cultura afro-brasileira, a fim de dar voz à invisibilidade desse povo, em face de uma construção social discriminatória que atinge 33% da população negra brasileira, segundo dados do relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2016). Essa iniciativa também vai ao encontro do tema sugerido pela campanha “Assistente Sociais no Combate ao Racismo”, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), que propunha estratégias antirracistas por meio da defesa dos direitos sociais.

Para elaboração da oficina socioeducativa, um cenário propício foi criado e aplicado em uma turma de pós-graduação, com alunas mestrandas, por intermédio da professora docente, a partir do resgate histórico da representação dessas bonecas e de seu simbolismo na atualidade. Por meio da apresentação de slides sobre a história das *abayomis* e da realização de uma roda de conversa, bonecas foram confeccionadas fazendo reviver os modos de ser e de se relacionar das mulheres negras.

Dentre os objetivos específicos, a oficina buscou estabelecer um debate acadêmico acerca do feminismo negro – tema abordado nessa disciplina constituída apenas de mulheres, formadas na área de Serviço Social, Pedagogia e Direito –, conforme determina o projeto ético-político do Serviço Social, além de possibilitar às alunas, em processo de formação intelectual, uma ruptura de paradigmas hegemônicos, conservadores, enraizados e naturalizados através de preconceitos que envolvem a temática racial nos espaços acadêmicos e profissionais.

18 “*Abayomi*”, termo ioruba que significa “meu presente” ou também “encontro precioso”, é o nome dado às bonecas, originalmente feitas de pano ou de palha de milho, da década de 1980, confeccionadas por Lena Martins, artista e artesã, natural de São Luís do Maranhão, em oficinas nas comunidades do Rio de Janeiro.

Ao apresentar uma discussão teórico-empírica por meio do fazer criativo, este estudo trouxe à tona o debate interseccional acerca da questão de gênero, classe e raça, tendo como referência as produções e contribuições de intelectuais negras no campo teórico. Tal prática educativa é ressaltada por teóricos como Gomes *et al.* (2017, p.1), que afirmam ser essa atividade representativa de um conjunto de simbolismos, que retrata a memória do feminismo negro, e define a interlocução “[...] como linguagem artística e cultural, considerando que sua confecção se caracteriza como experimentação criativa e identitária, inserida no campo de lutas produzidas pelo movimento de mulheres negras.”

Para Miñoso (2019, p. 12, tradução nossa), a epistemologia feminista – especialmente a produzida pelo feminismo negro – em sua crítica ao método científico “[...] propôs e tematizou a experiência das mulheres e mulheres negras e de cor como base válida para a produção do conhecimento.” Nesse sentido, as dimensões metodológicas que nortearam essa experiência deram-se através do histórico da luta pelos direitos e pela visibilidade da mulher negra na sociedade brasileira, com ênfase na perspectiva interseccional, cujo referencial teórico, composto de vários materiais bibliográficos e sítios eletrônicos, pauta-se na corrente teórica do feminismo negro.

Diante da necessidade de abordar de modo crítico-reflexivo a identidade racial, de classe e de gênero no cotidiano profissional e acadêmico,¹⁹ tendo em vista a construção histórica, social e cultural que revela como a mulher negra é invisibilizada pela sociedade, até mesmo nos dias atuais, destaca-se a relevância deste estudo nos espaços institucionais, com vias a propor uma reflexão crítico-analítica na construção sócio-histórica de afirmação da identidade das mulheres negras, enquanto estratégia de luta do feminismo negro, por meio ações políticas e educativas ao longo da formação em Serviço Social.

Em linhas gerais, esse debate deu luz à história de uma mulher negra, com ênfase na sua trajetória de resistência durante e após o período colonial, evidenciando seu potencial revolucionário no atual cenário brasileiro, além de questionar as estruturas sociais que perpetuam o racismo, a violência de gênero e o silenciamento de vozes autorais. Os resultados da prática proposta indicam que a realização de oficinas dessa natureza constitui uma estratégia de qualificação de multiplicadores(as) na experiência vivenciada, contribui para o fortalecimento das discussões sobre feminismo negro e para reflexão

19 O Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás vincula-se a diferentes áreas de atuação e tem aspecto multidisciplinar.

crítica das profissionais, além de propiciar a apreensão da complexidade da realidade de pessoas e/ou grupos afrodescendentes, tendo em vista as diferentes expressões da questão social que incidem no seu cotidiano.

FEMINISMO NEGRO E INTERSECCIONALIDADE: A DOMINAÇÃO HEGEMÔNICA E A NECESSIDADE DE ENGRECER AS EPISTEMOLOGIAS

A relevância do feminismo negro enquanto corrente teórica na produção do conhecimento, assim como do conceito de “interseccionalidade” como ferramenta analítica que possibilita o resgate histórico das bonecas *abayomis*, contribui para ações socioeducativas, debates e projetos na área de Serviço Social. Para isso, utilizamos a intersecção entre gênero, classe e raça, considerando que “[...] racismo, capitalismo e hétero-patriarcado devem ser tratados pela interseccionalidade, observando os contornos identitários da luta antirracista diaspórica” (AKOTIRENE, 2019, p. 54).

Enquanto instrumento metodológico analítico, a interseccionalidade “[...] mostra como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais vezes posicionadas em avenidas identitárias, que farão delas vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos” (AKOTIRENE, 2019, p. 57). Desenvolvido pelo feminismo negro como uma organização coletiva, esse conceito “[...] teve sua origem na década de 1970 quando estava atrelado a um paradoxo que circunscreve o conflito da organização de mulheres negras com o feminismo negro e movimento negro” (RIBEIRO, 1995, p. 446). Várias dessas mulheres eram integrantes do Movimento Negro Unificado (MNU) e tinham interesse em reivindicar suas pautas como mulheres negras no movimento feminista. No entanto, a decisão pela construção de um movimento autônomo, pautado nas diversas opressões que sofriam, não foi bem-vista por organizações feministas e negras, tornando-se “[...] uma espécie de traição aos princípios de ação e solidariedade entre os dois grupos [...]” (FIGUEIREDO, 2018, p. 3).

Nesse sentido, o surgimento do movimento de mulheres negras demarca a necessidade de uma perspectiva interseccional para compreender a complexidade entre gênero e raça, conforme analisado por Davis (2018, p. 21):

O feminismo negro emergiu como um esforço teórico e prático de demonstrar que raça, gênero e classe são inseparáveis nos contextos sociais em que vivemos. Na época do seu surgimento, com frequência pedia-se às mulheres negras que escolhessem o que era mais importante, o movimento negro ou o movimento de mulheres. A

resposta era que a questão estava errada. O mais adequado seria como compreender as interseções e as interconexões entre os dois movimentos.

Dessa forma, o direito de expressão e as demandas das mulheres negras foram inviabilizados pelo movimento negro, devido ao machismo existente e por não reconhecerem que as mulheres e os homens negros formavam um grupo heterogêneo (MALTA; OLIVEIRA, 2016). Apesar de ambos os sexos sofrerem discriminação racial, a mulher negra é frequentemente vítima de opressões específicas que envolvem gênero, raça e classe.

Em contrapartida, segundo Malta e Oliveira (2016), o movimento feminista, consolidado por mulheres brancas, também ignorava a questão racial e desconhecia as múltiplas violências sofridas por mulheres negras. Com o fortalecimento da organização de mulheres negras enquanto grupo autônomo que passa a questionar o sexismo dentro do movimento negro e o racismo do movimento feminista, um diálogo é proposto sobre o ativismo feminista, pensado a partir de um feminismo não hegemônico, que reconheça a pluralidade das mulheres e “[...] faça uma crítica ao sistema hétero patriarcal branco capitalista centrado no racismo e nas opressões de gênero e classe, um feminismo antirracista que fortaleça a luta descolonizadora [...]” (NASCIMENTO, 2018, p. 288).

Desse modo, as necessidades das mulheres negras em suas particularidades passaram a ser representadas, o que não acontecia em outros tempos dos movimentos feminista e negro, incidindo numa organização coletiva e autônoma que contribui para luta contra hegemônica de superação da permanência de sua invisibilidade, na sociedade brasileira, de sua condição subalterna e de luta pela liberdade, o que constitui um dos principais desafios desse movimento (MACHADO, 2017). Além disso, o feminismo negro denunciou o que a epistemologia feminista fizera à produção científica ocidental do conhecimento: “[...] a de que ele é, na verdade, um ponto de vista parcial, encoberto de objetividade e universalidade, já que surge de certa experiência e certos interesses concretos” (MIÑOSO, 2019, p. 12, tradução nossa). Isto é, enquanto o feminismo hegemônico concentrava sua crítica no androcentrismo e na pretensão de objetividade do método científico, as feministas negras construíram uma crítica ao universalismo da categoria mulher, da teoria clássica, apontando a parcialidade do ponto de vista de mulheres brancas que acessaram a universidade graça a seus privilégios de classe e raça (MIÑOSO, 2019).

Sob esse aspecto, o conceito de “interseccionalidade” como um instrumento teórico-metodológico propicia rever e reviver a história das bonecas *abayomis* como forma de combater a dominação do colonialismo, acondicionada em discursos hegemônicos, considerando as especificidades e a necessidade de visibilidade da mulher negra.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Tal conceito possibilita, ainda, enxergar as várias formas de ser mulher, sem cair em análises equivocadas sobre a realidade da mulher negra.

A SUPOSTA ORIGEM AFRODIASPÓRICA DAS BONECAS ABAYOMIS

O termo “*abayomi*”, de origem ioruba, significa “meu presente” ou “encontro precioso” e tem se tornado um rico instrumento de reflexões sobre questões de gênero, classe e raça. O olhar pertinente sobre elas, enquanto tradição oral e resistência, foi evidenciado por Lena Martins, artesã maranhense que deu concretude a essa tradição, por meio do universo lúdico da “arte popular, um instrumento de conscientização e sociabilização” (NESPOLI, 2021, p. 141). Lena Martins criou a arte da boneca no final da década de 1980, momento de efervescência e fortalecimento do movimento negro.

O termo “tradição oral” importa para a história das *abayomis* por compreender que:

Quando falamos de tradição em relação a história africana, referimo-nos à tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apoie nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos. Essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer são a memória viva da África. (HAMPATÉ BÂ, 2010, p. 167).

Nessa mesma perspectiva, Machado (2017, p. 96) considera que “[...] a oralidade é uma das características fundamentais da cultura africana [...]” dentro e fora do continente africano. Ao propor o suposto contato com a origem afrodiaspórica das bonecas, outras narrativas permitem o contato com a nossa ancestralidade por meio da oralidade e do modo de contar histórias. Ao analisarmos o lugar das *abayomis* como símbolo de resistência e ancestralidade da mulher negra na luta contra o racismo e a invisibilidade dele decorrente, a partir de um paradigma afrocêntrico,²⁰ “[...] percebe-se que os princípios civilizatórios africanos e afro-americanos/brasileiros se entrecruzam no brincar/fazer bonecas” (NASCIMENTO, 2019, p. 3).

De certa maneira, consideramos que a confecção das bonecas *abayomis* por comunidades do Rio de Janeiro fez emergir aspectos culturais africanos e afro-brasileiros, além de interferir no imaginário de dominação racial a qual estamos inseridas, fomentando a discussão sobre o racismo e sobre o modo como a história de quem está à margem da sociedade é contada por meio de atividades lúdicas. Diante das particularidades e das demandas da população negra, de modo geral, somadas ao questionamento das estruturas sociais que perpetuam o racismo e a violência de gênero, é imperioso compreender a complexidade da realidade de pessoas e/ou grupos, tendo em vista a simultaneidade de diferentes expressões da questão social que incidem no cotidiano das pessoas negras.

Nesse sentido, a prática socioeducativa proposta durante a oficina evidenciou um outro lado da história que pode ser compreendida entre as novas configurações de diálogos que o Serviço Social vem se propondo a fazer, mediante a realização de ações socioeducativas que têm o propósito de impulsionar o debate a respeito do racismo por essa categoria profissional. Ao detectar situações de preconceito, silenciamento e racismo no cotidiano profissional de homens e mulheres que atuam como assistentes sociais, devido a relação direta com as demandas da população negra, a categoria precisa se dispor a pensar estratégias antirracistas por meio de ações e campanhas que dão centralidade a essa discussão.

20 A afrocêntridade é um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe povos africanos como sujeitos e agentes de fenômenos, atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos.

ASSISTENTES SOCIAIS NO COMBATE AO RACISMO

A partir do movimento de reconceituação que surgiu, em especial, no contexto do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 1979, iniciou-se uma nova fase com a “[...] desburocratização e democratização nos conselhos profissionais, sendo considerados como instâncias com a função de assegurar uma nova ética, comprometida com a alteração real da sociedade e com os interesses das classes trabalhadoras” (VINAGRE, 2009, p. 720).

Tendo em vista todo o movimento de ruptura com o Serviço Social brasileiro tradicional, acontecia, em um contexto de luta hegemônica contra a ditadura civil e militar brasileira, o avanço da ofensiva neoliberal, o silenciamento da classe trabalhadora entre “o afago” de anos de repressão, para uma nação, em tese, democrática. Após a implementação da Constituição Federal de 1988, o Serviço Social passa a ser uma profissão regulamentada, tornando-se necessário a profissionais da área contribuírem com mensalidades para exercer suas atividades laborais. Essa regulação vincula-se por meio dos Conselhos Regionais de Serviço Social. De acordo com dados do Conselho Federal de Serviço Social, há 27 CRESS espalhados pelos estados brasileiros que apresentam, como uma de suas atribuições:

O desenvolvimento das políticas elaboradas e aprovadas pelo Conjunto CFESS-CRESS, de forma a estreitar, cada vez mais, a interação com a categoria. O envolvimento contínuo e intenso dos(as) profissionais nos debates dos temas e atividades realizadas pelos CRESS é condição para o fortalecimento da dimensão político-educativa e assegura o cumprimento da agenda anualmente construída pelo Conjunto CFESS-CRESS. (CFESS, 2019).

O Conselho Federal de Serviço Social diferencia-se dos Conselhos Regionais por se tratar de uma instância deliberativa e consultiva, como um órgão superior na defesa dos direitos dos(as) assistentes sociais, cujas atribuições constituem-se em:

Orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com o CRESS;

Assessorar os CRESS sempre que se fizer necessário;

Aprovar os regimentos Internos dos CRESS no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS-CRESS;

Aprovar o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais juntamente com os

CRESS, no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS-CRESS;

Funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional; julgar, em última instância, os recursos contra as sanções impostas pelos CRESS;

Estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados;

Prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Serviço Social.

Para além de suas atribuições, a entidade vem promovendo, nos últimos 30 anos, ações políticas para a construção de um projeto de sociedade radicalmente democrático, anticapitalista e em defesa dos interesses da classe trabalhadora. (CFESS, 2019).

Além disso, o conjunto CFESS/CRESS, que se configura como as articulações do Conselho Federal de Serviço Social e dos Conselhos Regionais de Serviço Social, “[...] tem como atribuição precípua a fiscalização do exercício profissional do(a) assistente social trabalhando de forma democrática de articulada” (SANTOS *et al.*, 2010, p. 148-149). Em virtude disso, tais profissionais precisam cursar graduação em Serviço Social, em uma instituição pública ou privada reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), e possuir o registro no Conselho Regional de Serviço Social do estado em que trabalham. A profissão é regida pela Lei Federal nº 8.662/1993, que estabelece suas competências e atribuições, bem como direitos, deveres, obrigações e vedações para o exercício da atividade de labor. Mediante este contexto, propõe-se uma “[...] concepção diferenciada de fiscalização que adquire uma dimensão político pedagógica que evidencia o compromisso da categoria com a qualidade dos serviços prestados enquanto direitos sociais historicamente conquistados” (SANTOS *et al.*, 2010, p. 148).

Segundo Vinagre (2009, p. 722), “[...] o serviço social é a única atividade sócio-ocupacional que possui um projeto profissional com uma direção teórica, ética e política explicitamente anticapitalista e anticonservadora”. Conforme explica, foi a partir do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1995, realizado em Goiânia (GO), que esse projeto profissional foi denominado de projeto ético-político. Tal projeto se articula a uma iniciativa societária que supera a mera crítica ao capital, tendo como direção teórico-política a referência de um novo perfil de profissional, que produz conhecimento crítico sobre o real e o trabalho, que planeja e intervém na realidade (VINAGRE, 2009). No que diz respeito à construção de um referencial para o exercício profissional:

Em nível da fiscalização e da elaboração de balizas éticas para o exercício profissional, este processo de amadurecimento expressou-se na elaboração do

código de 1986 na nova lei de regulamentação da profissão (Lei nº 8.662/93) e, no triênio 1990-93, na elaboração de um amplo e massivo processo de debate ético que culminou com a aprovação do código de ética de 1993, parametrado pela perspectiva da eticidade radical, nas palavras de Barroco (2003). Cabe ressaltar que este código de ética é um dos mais avançados do mundo e serve de referência para muitos países. (VINAGRE, 2009, p. 723-724).

O Serviço Social tem como objeto de intervenção as refrações da questão social, fruto da contradição entre capital e trabalho. Para Iamamoto (1997, p. 14), os(as) assistentes sociais abordam a questão social

[...] nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade, [...] a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social.

Assim, dentre as múltiplas expressões da questão social, encontra-se a temática étnico-racial, um fator determinante de fundamental compreensão em um dos países que mais demorou a abolir a escravidão. E, mesmo após decretado seu fim, nenhum tipo de retaguarda aos sujeitos ou questionamento sobre até que ponto a abolição aconteceu foi feito. Um dia após a suposta liberdade “[...] a comunidade negra deu início a uma nova fase de sua saga. Sem casa, sem trabalho e desqualificado socialmente, o grupo negro foi abandonado a própria sorte” (AMARO, 2005, p. 63). Dentre esses determinantes de desqualificação social, encontra-se o racismo, que, no caso do Brasil, “[...] incide majoritariamente sobre a população negra e tem como uma das formas mais eficazes de opressão a desqualificação de tudo aquilo que remete a sua herança genética, cultural, religiosa, a suas tradições, valores, quando estes colocam em jogo a supremacia branca” (EURICO, 2018, p. 520).

Outro aspecto do racismo que também pode ser compreendido na realidade brasileira é quando essa forma de opressão passa por um processo de silenciamento no qual a valorização de alguns aspectos da cultura negra tem por objetivo trazer ao imaginário social que o Brasil é um país multicultural, miscigenado, onde inexistia racismo a partir do mito da democracia racial. Quanto aos aspectos

mencionados, cabe ressaltar a importância do desenvolvimento do trabalho do(a) assistente social no contexto do racismo. A esse respeito, Eurico (2018) salienta que o(a) profissional tem a possibilidade de fomentar a reflexão crítica acerca do racismo nos seus espaços de trabalho desenvolvendo um importante papel para construir estratégias de discussão e superação de condutas racistas.

Eurico (2018) alerta, ainda, para necessidade de aprofundar o debate no âmbito da categoria profissional.

É preciso aprofundar o debate para não incorrer em erros grosseiros, a partir da reprodução de discursos vazios e estereis acerca de uma questão tão cara para a sociedade brasileira. Há de se pensar em qualificação profissional com envolvimento do conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO, uma vez que a apreensão das determinações sócio-históricas que conformam a presença negra no país é fator primordial para que o atendimento dispensado pela(o) assistente social se efetive com base nos princípios que norteiam o trabalho profissional, independente da área de atuação. (EURICO, 2018, p. 525).

Assim, ao propor a análise dessa temática para essa categoria profissional, trouxemos uma reflexão e o diálogo sobre as práticas e atividades que podem ser efetivamente realizadas no contexto da categoria. Neste sentido, a Executiva Nacional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), “Quem é de luta resiste”, gestão 2017-2018, organizou o documento *Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social*, que apresenta como objetivo geral a oferta de subsídios para inclusão e o fortalecimento do debate da questão étnico-racial, a qual contribui para uma formação em Serviço Social antirracista a partir do desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Como objetivos específicos, o documento traz as seguintes demandas para área: evidenciar a necessidade sócio-histórica do debate acerca da questão étnico-racial na formação em Serviço Social, na perspectiva de totalidade; subsidiar conteúdos programáticos aos currículos de Serviço Social para implementação de disciplinas obrigatórias, optativas, laboratórios e oficinas, na graduação, e linhas de pesquisa e disciplinas, na pós-graduação; direcionar e fomentar atividades de educação permanente a profissionais, docentes e discentes, articulando trabalho e formação; e estimular a criação de grupos de pesquisa e de produção de conhecimento na graduação e na pós-graduação (ABEPSS, 2018, p. 12).

A elaboração desse documento propiciou uma das centralidades da agenda política: o compromisso na construção de um projeto de formação profissional

antirracista, reconhecendo o significado sócio-histórico do debate étnico-racial para o Serviço Social brasileiro. É esperado que esta construção se constitua nos espaços de formação e adensamento em torno da problematização da questão étnico-racial, a exemplo das iniciativas que articulam a ABEPSS e o Conjunto CFESS/CRESS.

Na esteira desse compromisso, a campanha “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”, aprovada pelo fórum máximo deliberativo da categoria em 2017, com o intuito de debater o racismo no exercício profissional dos(as) assistentes sociais, teve como objetivos:

Dialogar com toda a categoria de assistentes sociais, com a população usuária do Serviço Social, com o movimento negro e com a sociedade em geral sobre o racismo;

Incentivar a categoria de assistentes sociais a promover e intensificar ações de combate ao racismo em seu cotidiano profissional, dando visibilidade para ações que já ocorrem;

Denunciar, de forma direta, diferentes expressões de racismo e valorizar a população e a cultura negra. (CFESS, 2017).

A ação realizada também apresentou estratégias de produção de cartazes e de outras peças, como vídeos e spots de rádio – que se encontram disponíveis no sítio eletrônico –, denunciando e desnaturalizando diversas expressões do racismo no cotidiano. Na trilha dessas práticas que devem ser pensadas e aprimoradas no contexto do Serviço Social, a oficina socioeducativa de bonecas *abayomis*, no que se refere à dimensão metodológica, ancorou-se nos estudos realizados em grupos por Moreira (2015), que alerta para necessidade de pensar de modo crítico a partir de metodologias não tradicionais, lúdicas, criativas e que surpreendem por conta da novidade, por serem formas bem exploradas em muitas dinâmicas de grupo e revelarem importantes potencialidades. Além disso, adotamos o termo “oficina socioeducativa” por estar atrelado à dimensão socioeducativa, considerada como transversal às dimensões constitutivas da profissão, tal como as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES PROPICIADOS PELA OFICINA SOCIOEDUCATIVA

Inicialmente, cabe mencionar a forma como a oficina foi construída. A partir das reflexões construídas pelas autoras no estudo sobre o feminismo

negro, e por este ainda não ser tão difundido no debate acadêmico, convidamos mais duas colegas de turma que tinham experiência com oficinas com bonecas para o desenvolvimento da atividade. Para isso, foi elaborado um plano de trabalho com todas as etapas da oficina socioeducativa que foi apresentado tanto para professora da disciplina quanto para coordenação do curso. Após o aval da universidade, três reuniões foram realizadas para definir a data da oficina, que aconteceu no dia 14 de maio de 2019, das 9h às 12h. Na data mencionada, primeiramente realizamos um resgate histórico com a representação das bonecas e seu simbolismo na sociedade contemporânea, depois, umas das autoras trouxe um relato de experiência sobre o desenvolvimento de oficinas como essa no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) como estratégia para discussão de diversas temáticas. Após essa explanação, foi declamada a poesia “História da Boneca Abayomi”, de autoria da professora Dharacris, educadora e militante do Movimento Mulheres Negras, disponível no sítio eletrônico do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (<https://www.sinprodf.org.br/historia-da-abayomi-poema-da-professora-dharacris/>).

Posteriormente, foi desvendada a origem das bonecas *abayomis*, que tem sido frequentemente contada de forma errônea remontando à época da *escravidão*. Reza a lenda que elas eram confeccionadas com os retalhos das roupas das mães, sem costura e nem cola, a bordo de *navios negreiros*, e que eram produzidas para filhos e filhas dessas mulheres, na esperança de acalentá-los naqueles momentos dolorosos em que eram forçados a emigrarem de seu país de origem. A artesã Lena Martins lamenta a apropriação da sua criação por essa falsa lenda, alertando, mais uma vez, para o modo como se nega à população negra e afrodescendente brasileira o direito de ter uma boneca que a represente.

Símbolo de resistência, a história das bonecas, sem qualquer registro ou indício histórico que a sustente, chama a atenção para o perigo de distorções que podem deslegitimar algumas pautas do movimento negro. Na verdade, a produção das *abayomis* tomou forma nos Centros Integrados de Educação Pública (Ciep), na década de 1980, no Rio de Janeiro, onde Lena cresceu. Embora existam outras bonecas similares, ela conta que desenvolveu a técnica em 1987 quando era coordenadora de animação cultural no Ciep Luiz Carlos Prestes, na Cidade de Deus, bairro da zona oeste do Rio de Janeiro.

Mitos como esse que retratam fazeres da população afrodescendente, muitas vezes, surgem para amenizar a culpa e a responsabilidade diante de tantas atrocidades cometidas contra as populações negras. A narrativa

romantizada da suposta diáspora africana sobre as *abayomis*, apesar de ser atrativa e reproduzida com facilidade, invisibiliza o trabalho de Lena Martins, retirando a autoria do seu feito enquanto autora de um projeto e artista, viva e atuante, na cena contemporânea. A falta de compromisso de contar a história da forma como aconteceu é uma prática comum no que se refere à história desses povos no Brasil, algo que não deve ser repetido e que, assim como qualquer outra narrativa, merece um estudo com fontes e registros confiáveis que a torne conhecida como realmente deve ser.

A costumeira prática de contar histórias hegemônicas, do ponto de vista dos heróis e vencedores, permanece ainda nos dias de hoje, numa tentativa de apagar e silenciar o que de fato aconteceu. Historiadores(as) afirmam que, na época da escravidão, as mulheres eram separadas das suas famílias, e as crianças menores que entravam nos navios eram jogadas no mar, fatos que não condizem com a história de que as mulheres confeccionavam as bonecas para seus descendentes.

Na versão real da história, Lena conta que passou por um processo orgânico de criação, a princípio, sem nenhum projeto. As bonecas eram feitas de pano ou de palha de milho e não tinham um nome específico. O nome surgiu por intermédio de uma outra professora, Ana Gomes, também militante, que estava grávida à época. Ela conta que, se fosse um menino, seu bebê se chamaria “Abebe” e, se fosse menina, “Abayomi”. Com o nascimento de um menino – cuja madrinha é Lena –, o projeto recebeu o outro nome, *abayomi*, que, dentre as interpretações possíveis, significa “meu presente” ou “encontro precioso”. O resultado desse trabalho foi materializado na Coop Abayomi, uma cooperativa de artesãs negras, organizadas como “Artesãs Livres Associadas”, que virou um espaço de referência nessa época.

A dinâmica da oficina também compreendeu uma roda de conversa sobre a relação das mulheres, o contexto histórico da escravidão, questões de gênero, classe e raça que incidem no contexto brasileiro, tendo como pano de fundo a problematização de questões acerca do feminismo negro abordadas na disciplina de Epistemologia Feminista. Diante desses referenciais teóricos, atrelados à análise desenvolvida na prática, foi possível compreender a necessidade de se debruçar sobre os fatos históricos para não se deixar levar por lendas, mitos e silenciamentos que contribuem para desinformar e deturpar o verdadeiro sentido de certos fatos e histórias, principalmente no que se refere à questão étnico-racial no Serviço Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo geral propor uma discussão sobre as questões de gênero, classe e raça, tendo como eixo norteador o resgate da cultura afro-brasileira tratado através da história das bonecas *abayomis*. Para isso, uma oficina socioeducativa foi apropriada como forma de mostrar como a categoria profissional pode desenvolver estratégias contínuas de enfrentamento ao racismo, ressignificando histórias e trazendo à tona fatos que são muitas vezes invisibilizados.

Para iniciar a atividade socioeducativa, foram realizadas uma apresentação de slides, roda de conversa e, por fim, a confecção das bonecas *abayomis*. O desenvolvimento dessa ação, ancorado em Moreira (2015), contribuiu para pensar, de modo crítico, metodologias não tradicionais, lúdicas e criativas que podem ser exploradas em muitas dinâmicas de grupo e revelarem importantes potencialidades. Munidas desses referenciais, atrelados à discussão desenvolvida, pudemos compreender como o debate acerca da questão étnico-racial no Serviço Social deve ser apropriado de maneira a desenvolver estratégias contínuas de enfrentamento ao racismo e à invisibilidade do povo negro, em especial, das mulheres negras.

Em linhas gerais, a relevância desta propositura parte do conhecimento adquirido na disciplina Epistemologia Feminista sobre o feminismo negro e as campanhas desenvolvidas na área do Serviço Social. A participação enquanto mestrandas na oficina ressaltou a importância da reflexão crítica da identidade racial e do racismo no cotidiano acadêmico e profissional.

Cabe salientar que trabalhos como este possui limites e pode ser explorado por outros vieses. Importa problematizar os processos que envolvem as questões de gênero, classe e raça, que são fundamentais para a compreensão da desigualdade histórica que afeta homens e mulheres negros no contexto brasileiro. Mediante o problemático cenário político em que os direitos estão cada vez mais ameaçados, com a retirada de conquistas coletivas, reflexos da crise capitalista, buscamos discutir como a formação profissional no Serviço Social pode trazer à tona o silenciamento das questões de classe, gênero e raça, sobretudo do racismo brasileiro, que torna as pessoas invisíveis e é envolto em uma face cruel, historicamente estabelecida e concretizada nas relações sociais, econômicas, culturais, políticas e religiosas.

No Brasil, a máxima de que o racismo “não existe” é rechaçada por estimativas que indicam que 77% da população jovem assassinada é composta

por pessoas negras, segundo dados da Anistia Internacional (2019). Estatísticas como essa evidenciam o genocídio da população negra e a permanência de práticas racistas e discriminatórias por parte do Estado brasileiro, que deixa de financiar serviços básicos à maioria da população, atingindo sistematicamente o direito à vida.

Com o conhecimento adquirido sobre o feminismo negro, foi possível verificar que, mesmo vivenciando diversas opressões, inúmeras estratégias de enfrentamento podem ser criadas, tais como as propostas pelo movimento negro e pela organização de mulheres negras, como forma de reação, de luta de homens e mulheres, desde suas primeiras mobilizações, que deram voz as suas demandas, levando em conta as questões de raça, classe e gênero. Muitas vezes, práticas que são silenciadas ou diluídas em outros coletivos, como a autoria da criação das bonecas *abayomis* por Lena Martins, ganham notoriedade nesses espaços de produção de conhecimento, evidenciando a dívida histórica sobre os corpos negros por meio de ausências e desigualdades que assolam esses sujeitos e não devem ficar em segundo plano.

A partir das experiências compartilhadas em sala de aula, a oficina impulsionou a reflexão crítica sobre a importância de discutir a identidade racial e o racismo no cotidiano profissional. Além disso, a professora doutora da disciplina de Epistemologia Feminista, mulher negra, ao propor o estudo sobre o feminismo negro, ocupou um espaço que, historicamente, foi retirado do povo negro, contemplando ao mesmo tempo a proposta apresentada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de difundir a questão étnico-racial no Serviço Social. Isso mostra como é importante propiciar um arcabouço teórico que compreenda que o racismo, enquanto traço marcante da sociedade brasileira, gera segregação e o extermínio da população negra, frequentemente atualizados pela dinâmica da crise capitalista.

Outro fato importante a ser destacado se deve à mobilização das estudantes de pós-graduação para difundir a questão étnico-racial no ambiente acadêmico. Também chama atenção que as alunas, com formação acadêmica em outras áreas do conhecimento, como Direito e Pedagogia, relataram que foi a partir da participação na disciplina de Epistemologia Feminista e da oficina socioeducativa que elas tiveram contato com a questão étnico-racial, demonstrando a pretensão de divulgar os conhecimentos adquiridos nos locais de atuação profissional.

Desta forma, concluímos que práticas como essa, desenvolvidas por meio de oficinas socioeducativas, possibilitam que o conhecimento possa ser replicado nos espaços acadêmicos e profissionais nos quais atuam. Cabe, portanto, a essa categoria profissional o compromisso de fomentar e difundir análises a respeito dessas questões no cotidiano, traduzindo a realidade da classe trabalhadora e da população negra, reconhecendo e tornando visíveis suas lutas e vulnerabilidades, no intuito de imprimir possibilidades de se organizarem enquanto classe sob a perspectiva crítica da questão étnico-racial.

REFERÊNCIAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico racial na formação em serviço social**. Executiva Nacional da ABEPSS 2017-2018, Vitória, dez. 2018. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em: 12 ago. 2021.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Campanha Jovem Negro Vivo**. Disponível em: <https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo/>. Acesso em: 12 ago. 2021.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

AMARO, Sarita. A questão racial na assistência social: um debate emergente. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 81, p. 58-81, mar. 2005.

CEPAL - Comissão Econômica América Latina. **Lamatrizdeladesigualdadsocial emla America Latina**. Nações Unidas, Santiago, 2016. Disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/events/files/matriz_de_la_desigualdad.pdf. Acesso em: 5 maio 2019.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Endereços dos CRESS e seccionais**. 2019. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/enderecos-dos-cress-e-seccionais>. Acesso em: 15 set. 2021.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Campanha de Gestão 2017-2020**: Assistentes sociais no combate ao racismo. CFESS, 2017. Disponível em: <http://servicosocialcontraracismo.com.br/> Acesso em: 3 maio 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Dossiê III Conferência Mundial contra o Racismo. **Estud. Fem**. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-189, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2021.

DHARACRIS. A história da Abayomi. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/historia-da-abayomi-poema-da-professora-dharacris/>. Acesso em: 3 maio de 2019.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante** – Ferguson, Palestina e as bases para um movimento. São Paulo: Boitempo, 2018.

EURICO, Marcia Campos. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico – racial e o trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 515-529, set./dez. 2018.

FIGUEIREDO, Ângela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. **Rev. Direito Práx.** [on-line], v. 9, n. 2, 2018. p.1080-1099. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2018/33942>. Acesso em: 20 set. 2021. ISSN 2179-8966.

GOMES, Edlaine de Campos *et al.* A boneca Abayomi: entre retalhos, saberes e memórias. **Revista Iluminuras**, v. 18, p. 251-264, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/75745/43150>. Acesso em: 1 maio 2019.

HAMPATÉ BÂ. Tradição viva. In: KI-ZERBO, J (org.). **História Geral da África I**. Brasília: MEC/UNESCO, 2010. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/hga_I_metodologia_e_prehistoria_da_africa.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade**: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Fortaleza, CRESS-CE, Debate n. 6, 1997.

MALTA, Renata Barreto; OLIVEIRA, Laila Thaís Batista de. Enegrecendo as redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual. In: GÓIS, Joao Bosco Hora; MELO; Hildete Pereira de. Dossiê Mulheres Negras: experiências, vivências e ativismos. **Revista Gênero**, Niterói, v.16, n. 2, p. 55-69, 1º sem. 2016. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/811>. Acesso em: 12 jul. 2019.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. **O trabalho com grupos em serviço social**. São Paulo: Cortez, 2015.

MACHADO, Bárbara Araújo. Pensando a formação do movimento de mulheres negras no Brasil através do conceito de Estado ampliado. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.en.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499378611_ARQUIVO_ArtiloFG2017.pdf. Acesso em: 6 jul. 2021.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Hacer genealogía de la experiencia: el método hacia una crítica a la colonialidad de la razón feminista desde la experiencia histórica en América Latina = Doing genealogy of experience: towards a critique of the coloniality of feminist reason derived from the historical experience in Latin America. **Dossiê Rev. Direito e Práx.** 10 (03), Jul.-Sep. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/43881>. Acesso em: 05 ago. 2021.

NASCIMENTO, Maria Cristina do. Potentes vozes pretas: poematização, costuras poéticas e ativismo decolonial. **MILBA**, Recife, out. 2018. p. 282-294.

NASCIMENTO, Maria Cristina do. **Quem conta a história é quem dá o tom ou narrativas sobre as bonecas abayomi**: Ancestralidade e resistência das mulheres negras ou romantização da escravidão? II COPENE NORDESTE. Disponível em: https://www.copenenordeste2019.abpn.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=5462019. Acesso em: 24 out. 2019

NESPOLI, Daniella de Souza Santos. **Expressões Quilombolas**: a arte na afirmação da identidade e da memória quilombola. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br>. Acesso em: 10 ago.2021.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: de Bertioga a Beijing. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, 1995.

SANTOS, Josiane Soares *et al.* Fiscalização do exercício profissional e projeto ético-político. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 101, p.146-176, jan./mar. 2010.

VINAGRE, Marlise. A “virada” na ética e nos conselhos de fiscalização profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 100, p. 720-727, out./dez. 2009.